

RODOANEL BH S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

RODOANEL BH S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
Rodoanel BH S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Rodoanel BH S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Rodoanel BH S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2026.

RODOANEL BH S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.564.229	1.582.226	Fornecedores	11	1.338.922	909.428
Ativo financeiro da concessão	6	9.124.954	1.289.712	Obrigações sociais e trabalhistas	12	298.947	97.893
Tributos a recuperar	7	1.625.287	1.105.212	Obrigações tributárias	13	50.680	97.388
Outros ativos circulantes		562.949	238.997	Arrendamento	14	184.067	108.339
		<u>13.877.419</u>	<u>4.216.147</u>			<u>1.872.616</u>	<u>1.213.048</u>
Não circulante				Não circulante			
Adiantamento a fornecedores	8	44.022.379	45.333.158	Partes relacionadas	9	18.764.623	5.978.620
Outros ativos não circulantes		18.000	-	Impostos diferidos	15	2.372.442	1.139.789
		<u>44.040.379</u>	<u>45.333.158</u>			<u>21.137.065</u>	<u>7.118.409</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	10	358.821	205.769	Capital social	16	47.989.593	47.989.593
		2.385	2.664	Prejuízos Acumulados		(12.720.270)	(6.563.312)
		<u>361.206</u>	<u>208.433</u>			<u>35.269.323</u>	<u>41.426.281</u>
Total do ativo		<u><u>58.279.004</u></u>	<u><u>49.757.738</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>58.279.004</u></u>	<u><u>49.757.738</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOANEL BH S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita de construção	18	12.093.330	8.435.832
Custos dos serviços prestados	19	(13.325.983)	(9.295.682)
Lucro bruto		(1.232.653)	(859.850)
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	20	(1.624.352)	(757.921)
Despesas administrativas e gerais	21	(3.065.137)	(2.895.592)
		(4.689.489)	(3.653.513)
Resultado operacional antes das despesas financeiras, Líquidas		(5.922.142)	(4.513.363)
Receitas /(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	22	955.415	283.124
Despesas financeiras	22	(1.190.231)	(612.975)
		(234.816)	(329.851)
Prejuízo do exercício		(6.156.958)	(4.843.214)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOANEL BH S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	<u>(6.156.958)</u>	<u>(4.843.214)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(6.156.958)</u></u>	<u><u>(4.843.214)</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOANEL BH S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	47.989.593	(1.720.098)	46.269.495
Prejuízo do exercício	-	(4.843.214)	(4.843.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	47.989.593	(6.563.312)	41.426.281
Prejuízo do exercício	-	(6.156.958)	(6.156.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	47.989.593	(12.720.270)	35.269.323

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

RODOANEL BH S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.156.958)	(4.843.214)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	72.428	31.930
Juros de arrendamento	29.413	140.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.232.653	859.851
	(4.822.464)	(3.811.433)
Aumento líquido nos ativos		
Ativo financeiro da concessão	(7.835.242)	(1.148.349)
Tributos a recuperar	(520.075)	(1.000.048)
Adiantamento a fornecedores	1.310.778	614.619
Outros ativos circulantes	(341.952)	(59.749)
	(7.386.491)	(1.593.527)
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	429.494	(371.130)
Obrigações sociais e trabalhistas	201.054	56.800
Obrigações tributárias	(46.708)	(213.100)
	583.840	(527.430)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(11.625.115)	(5.932.390)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	(106.981)	(202.289)
Arrendamentos direito de uso	(61.672)	(25.553)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(168.653)	(227.842)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos	12.786.003	5.495.441
Pagamento Arrendamento	(10.232)	(6.108)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	12.775.771	5.489.333
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	982.003	(670.899)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.582.226	2.253.125
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.564.229	1.582.226
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	982.003	(670.899)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Rodoanel BH S.A., que doravante poderá ser referida apenas como “BHR” ou “Companhia”, é uma Sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 07 de fevereiro de 2023, estabelecida e domiciliada na Rua Maranhão 166, Santa Efigênia, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem o propósito específico de cumprir o contrato de concessão assinado em 30/03/2023, na modalidade patrocinada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de 30 anos, tendo como atividade a Concessão dos Serviços Públicos para a elaboração de projetos, construção, operação e manutenção do RODOANEL METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Essas demonstrações contábeis foram validadas pela Administração da Companhia em 10 de abril de 2026.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), requeridas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações de resultados abrangentes estão sendo apresentadas, no entanto, não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados.

Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Orçamento da Companhia para os próximos anos;

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. Os ativos e os passivos em moeda estrangeira são inicialmente registrados à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. As variações cambiais são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais substitutos e mudanças

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 07 tributos a recuperar, nº10 vida útil do ativo imobilizado e nº 16 sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Companhia não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora sejam esperados impactos na geração de caixa e lucros futuros.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

a. Ativos financeiros

a. Classificação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i) O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

c. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
 - (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse";
- (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo;
 - (b) A Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

b. Passivos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. O caixa e os equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e os títulos financeiros de alta liquidez, com vencimento em 90 dias ou menos e com risco irrelevante de variação de valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. São utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

d. Ativo financeiro da concessão

Aporte de capital público é registrado pelo valor líquido estimado realizável e não incluem juros.

O prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos incorridos durante a construção. As depreciações são computadas no resultado do exercício pelo método linear, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação e o prazo de concessão.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Diretoria anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

f. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

g. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h. Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- Receita de prestação de serviços: as receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - contrato de concessão (IFRIC 12). No exercício de 2025 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de Receita e custo são iguais;
- Receita de juros: para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

i. Imposto de Renda e contribuição social

A despesa ou crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social representa no resultado da Companhia a soma dos impostos correntes e diferidos:

- Impostos correntes: a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente está baseada no Lucro Real para o ano de 2025. As alíquotas aplicáveis ao Lucro tributável são de 25% para o Imposto de Renda (IR) e de 9,0% para a Contribuição Social (CS).

3.1 Pronunciamentos Novos ou Revisados Aplicados pela Primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Entidade adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Entidade, por três razões principais:

- A Entidade não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Entidade não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Entidade, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

- b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima.

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Entidade não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

- c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48- podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública¹: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e a diretriz para utilização desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas comparadas àquelas vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos complexos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos inerentes às suas operações e à estrutura de financiamento do projeto de concessão, sendo tais riscos gerenciados de forma contínua pela Administração, com o objetivo de mitigá-los e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Considerando a natureza de seus negócios, estruturados no âmbito de uma parceria público-privada (PPP), a gestão de riscos financeiros da Companhia observa as características típicas de projetos de infraestrutura, incluindo a existência de mecanismos contratuais e financeiros específicos.

Os principais riscos financeiros identificados são descritos a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras nas respectivas datas de vencimento.

A gestão desse risco é realizada por meio do acompanhamento contínuo do fluxo de caixa e da elaboração de projeções financeiras, alinhadas ao econômico-financeiro do contrato de concessão.

A estrutura financeira do projeto contempla mecanismos típicos de operações de project finance, incluindo a previsão de captação de recursos junto a instituições financeiras e aportes de capital pelo acionista, conforme estabelecido no modelo da concessão.

Adicionalmente, a Companhia mantém monitoramento permanente de suas necessidades de caixa, permitindo a adoção tempestiva de medidas para assegurar o cumprimento de suas obrigações no curso normal dos negócios.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por suas contrapartes.

No contexto do contrato de concessão, a principal exposição da Companhia refere-se ao recebimento de aportes públicos previstos contratualmente.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A Administração entende que esse risco é mitigado pela existência de mecanismos contratuais específicos, incluindo a constituição de conta garantia vinculada ao projeto, administrada por instituição financeira, bem como pela vinculação dos recursos a obrigações formalizadas no âmbito de acordo judicial e instrumentos legais aplicáveis.

Não obstante, a Companhia monitora continuamente a regularidade dos fluxos financeiros previstos no contrato de concessão, de forma a mitigar eventuais impactos decorrentes de atrasos ou variações nos recebimentos.

Adicionalmente, a Companhia está exposta a risco de crédito relacionado às suas aplicações financeiras e disponibilidades. Esse risco é mitigado pela manutenção de recursos em instituições financeiras consideradas de primeira linha e pela alocação em instrumentos de alta liquidez e baixo risco.

Considerações gerais sobre a estrutura financeira

A estrutura de capital da Companhia está alinhada ao modelo econômico-financeiro da concessão, que prevê a combinação de recursos de terceiros e aportes de capital do acionista privado, em linha com práticas usuais de financiamento de projetos de infraestrutura.

Nesse contexto, os recursos aportados pelo acionista são parte integrante da estrutura financeira do projeto, não se caracterizando como operações de natureza eventual, mas como componente previsto no modelo contratual da concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa fundo fixo	-	1.000
Conta corrente	1.936.441	1.045.384
Aplicações financeiras (a)	<u>627.788</u>	<u>535.842</u>
	<u><u>2.564.229</u></u>	<u><u>1.582.226</u></u>

a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata.

6. Ativo financeiro da concessão

Os saldos de ativo financeiro da concessão e passivo financeiro da concessão, são oriundos do descasamento temporal entre a execução dos serviços e o recebimento do Aporte Público, no momento esse descasamento não representa valores a pagar, e possui o saldo de R\$ 9.124.954 referente à serviços a receber:

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Aporte de capital público a receber	9.124.954	1.289.712
	<u>9.124.954</u>	<u>1.289.712</u>

7. Tributos a recuperar

Estão apresentados com a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS a recuperar	1.050.312	781.042
PIS a recuperar	228.806	170.041
IRRF aporte financeiro	64.701	-
Outros tributos a recuperar	281.468	154.129
	<u>1.625.287</u>	<u>1.105.212</u>

8. Adiantamento a fornecedores

O valor de R\$ 44.022.372 é decorrente do adiantamento previsto no contrato de "EPC" firmado em 04/04/2023 entre a INC SPA do Brasil e o Rodoanel BH SA.

Execução, sob a modalidade "Engineering, Procurement and Construction" (EPC) turnkey lump sum, pela contratada à contratante, dos serviços e dos trabalhos contratados:

- Licenciamento Ambiental, Licença Prévia, de Instalação e de Operação;
- Desapropriação Alças Norte e Oeste;
- Serviços Gerais de Gestão;
- Projetos de Engenharia Alças Norte e Oeste;
- Mobilização e instalação de canteiros operacionais e industriais de obras Alças Norte e Oeste;
- Construção de pontes.

	31/12/2025	31/12/2024
INC SPA Brasil	44.022.372	45.333.158
Outros adiantamentos	7	-
	<u>44.022.379</u>	<u>45.333.158</u>

9. Partes relacionadas

Estão apresentados com a seguinte composição:

	Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024
INC SPA do Brasil (Despesas a serem reembolsadas)	168.234	167.500
INC SPA Itália	18.596.389	5.811.120
	<u>18.764.623</u>	<u>5.978.620</u>

RODOANEL BH S.A.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

10. Imobilizado

Estão apresentados com a seguinte composição:

	Computadores e Acessórios	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Comunicação	Veículos	Direito de uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.806	10.683	2.843	742	-	-	38.074
Aquisição	-	1.600	-	-	79.182	118.711	199.493
Depreciação/ Amortização	(5.175)	(1.206)	(300)	(160)	(3.065)	(21.892)	(31.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.631	11.077	2.543	582	76.117	96.819	205.769
Custo total	25.873	12.668	2.967	799	79.182	118.711	240.200
Depreciação acumulada	(7.242)	(1.591)	(424)	(217)	(3.065)	(21.892)	(34.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.631	11.077	2.543	582	76.117	96.819	205.769
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.631	11.077	2.543	582	76.117	96.819	205.769
Aquisição	97.951	-	-	9.030	-	182.283	289.264
Depreciação/ Amortização	(16.602)	(1.267)	(297)	(1.174)	(15.837)	(36.971)	(72.148)
Baixas	-	-	-	-	-	(64.064)	(64.064)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	99.980	9.810	2.246	8.438	60.280	178.067	358.821
Custo total	123.824	12.668	2.967	9.829	79.182	187.119	415.589
Depreciação/ Amortização acumulada	(23.844)	(2.858)	(721)	(1.391)	(18.902)	(9.052)	(56.768)
Saldos Contábil	99.980	9.810	2.246	8.438	60.280	178.067	358.821
Taxa de depreciação	20%	10%	10%	20%	20%		

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

11. Fornecedores

Os fornecedores estão relacionados diretamente com a operação conforme descrito abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INC SPA do Brasil	894.801	287.621
Geosea Investigações Geotécnicas Ltda.	40.919	178.431
EPG Engenharia Ltda.	33.412	66.511
Floresta Topografia Ltda.	30.508	126.379
BDO RCS Auditores Independentes	303.322	86.827
GSA Accounting Serviços Empresariais Ltda.	-	4.665
Outros fornecedores	<u>35.960</u>	<u>158.994</u>
	<u><u>1.338.922</u></u>	<u><u>909.428</u></u>

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar e encargos	186.094	51.708
Férias e encargos	112.853	46.185
	<u>298.947</u>	<u>97.893</u>

13. Obrigações tributárias

Estão apresentados com a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CRF a recolher	20.340	51.114
IRRF sobre serviços tomados	26.627	16.488
Outros	3.713	29.786
	<u>50.680</u>	<u>97.388</u>

14. Arrendamento

Estão apresentados com a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	108.339	-
Adições	182.283	118.711
Encargos financeiros a apropriar	29.413	21.289
Pagamento de juros	(10.232)	(6.108)
Pagamento principal	(61.672)	(25.553)
Baixas por rescisão de contrato	(64.064)	-
Saldo final	<u>184.067</u>	<u>108.339</u>

Vencimento final 12/02/2027, taxa incremental aplicada de 10% a.a.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

15. Impostos diferidos

Estão apresentados com a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
COFINS Diferido	1.949.332	936.558
PIS Diferido	423.110	203.231
	<u>2.372.442</u>	<u>1.139.789</u>

16. Provisão para contingências

Com base na opinião de seus advogados, a Companhia não possui processos cuja possibilidade de perda foi considerada provável ou possível. A Diretoria da Companhia revisa as contingências cíveis, trabalhistas e tributárias quando existentes, avaliando as possibilidades de eventuais perdas.

17. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 47.989.593 totalmente integralizado representado por 47.989.593 ações.

18. Receita

Estão apresentados com a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Licenças ambientais de instalação e operação	13.325.983	9.295.682
(-) COFINS	(1.012.775)	(706.472)
(-) PIS	(219.878)	(153.378)
	<u>12.093.330</u>	<u>8.435.832</u>

19. Custo

Estão apresentados com a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos dos serviços prestados		
Licenças Ambientais, de Instalação e Operação	(1.973.629)	(1.758.261)
Serviços de Gestão	(3.995.325)	(4.025.793)
Desapropriações	(2.291.484)	(720.617)
Projetos de Engenharia	(5.065.545)	(2.791.011)
	<u>(13.325.983)</u>	<u>(9.295.682)</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

20. Despesas com pessoal

Estão apresentados com a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários, ordenados e encargos	(1.056.969)	(456.128)
13º Salário e encargos	(115.466)	(51.180)
Férias e encargos	(154.364)	(62.983)
Assistência Médica e Social	(41.807)	(26.423)
Outros	(255.746)	(161.207)
	<u>(1.624.352)</u>	<u>(757.921)</u>

21. Despesas administrativas e gerais

Estão apresentados com a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	(732.016)	(716.704)
Honorários Advocatícios	(258.334)	(344.002)
Propaganda e Publicidade	(268.851)	(281.952)
Assessoria Financeira - Trustee	(248.899)	(280.872)
Auditoria, Assessoria e Consultoria	(282.216)	(284.391)
Serviços Administrativos e Financeiros	(267.685)	(467.467)
Taxas Diversas	-	(136.123)
Outras despesas administrativas e gerais	(1.007.136)	(384.081)
	<u>(3.065.137)</u>	<u>(2.895.592)</u>

22. Receitas financeiras e despesas financeiras

Estão apresentados com a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras decorrentes de:		
Juros de Aplicações	135.433	206.844
Variações Cambiais Ativas	819.664	76.280
Outras receitas financeiras	318	-
	<u>955.415</u>	<u>283.124</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Variações Cambiais Passivas	(1.162.282)	(602.778)
Encargos sobre arrendamento	(10.232)	(6.108)
IOF	(9.604)	(1.226)
Taxas e serviços bancários	(6.581)	(2.529)
Multas de Mora	(1.074)	-
Juros de Mora	(450)	(334)
Outras despesas financeiras	(8)	-
	<u>(1.190.231)</u>	<u>(612.975)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(234.816)</u>	<u>(329.851)</u>

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para Imposto de Renda em 31 de dezembro de 2025 foram constituídas com base nas alíquotas vigentes com base no lucro real. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 mil.

24. Cobertura de seguros (não auditado)

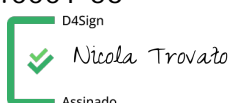
A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre o encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2025, e a data de validação para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Rodoanel BH S.A.

CNPJ: 49.514.793.0001-56

 D4Sign
Nicola Trovato
Assinado

Nicola Trovato
Diretor Presidente

rafael.cavalcante@incspa.com

 D4Sign
Rafael Magalhães Cavalcante
Assinado

Rafael Magalhães Cavalcante

eliana.silva@usaaccounting.com

 D4Sign
Eliana Militão da Silva
Assinado

Eliana Militão da Silva
Contadora
CRC 1 SP 207834/O-3

BHR - Relatório Final de Auditoria - 4º Trimestre-Ano 2025 pdf
Código do documento 35198139-cc16-48e2-828b-46dcc4bf38e8



Assinaturas



Nicola Trovato
nicola.trovato@incspa.com
Assinou

Nicola Trovato



Rafael Magalhães Cavalcante
rafael.cavalcante@incspa.com
Assinou

Rafael Magalhães Cavalcante



Eliana Militao da Silva
eliana.silva@gsaaccounting.com.br
Assinou

Eliana Militao da Silva

Eventos do documento

10 Apr 2026, 15:03:43

Documento 35198139-cc16-48e2-828b-46dcc4bf38e8 **criado** por LUIZ HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA MENEZES (2ec01d30-b56c-444a-b3b6-ca02c8b6d4cc). Email: l Luiz.menezes@rodoanelbh.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-10T15:03:43-03:00

10 Apr 2026, 15:08:43

Assinaturas **iniciadas** por LUIZ HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA MENEZES (2ec01d30-b56c-444a-b3b6-ca02c8b6d4cc). Email: l Luiz.menezes@rodoanelbh.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-10T15:08:43-03:00

10 Apr 2026, 15:19:12

RAFAEL MAGALHÃES CAVALCANTE **Assinou** (0dba7b05-8378-4816-812b-07eaa01eb092) - Email: rafael.cavalcante@incspa.com - IP: 187.69.84.175 (187-69-84-175.3g.claro.net.br porta: 56452) - **Geolocalização:** -19.94302990015783 -43.92653434694385 - Documento de identificação informado: 002.114.131-27 - DATE_ATOM: 2026-04-10T15:19:12-03:00

10 Apr 2026, 16:26:29

ELIANA MILITAO DA SILVA **Assinou** - Email: eliana.silva@gsaaccounting.com.br - IP: 187.34.25.220 (187-34-25-220.dsl.telesp.net.br porta: 61810) - Documento de identificação informado: 051.130.528-17 - DATE_ATOM: 2026-04-10T16:26:29-03:00

13 Apr 2026, 09:39:38

NICOLA TROVATO **Assinou** - Email: nicola.trovato@incspa.com - IP: 83.225.24.36 (mob-83-225-24-36.net.vodafone.it porta: 19828) - **Geolocalização:** 38.05679959281093 14.578726739063182 -

Documento de identificação informado: 717.802.711-82 - DATE_ATOM: 2026-04-13T14:39:38+02:00

Hash do documento original

(SHA256):d36c8a92259be12f383b7e49a4ee285a0ea9bfe7acb83a2adcb448b2397cfb7c

(SHA512):8c3f32c49e08aeabef2585ee24c6f0fbf92417498b4c16d5bfccea64bbac42c71bdc90291b989b66151c851e88c0841267745cf5f5d1b8444bf4be77b5001aa

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
